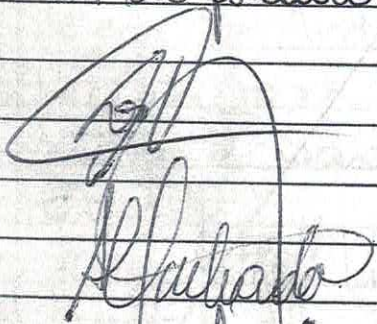


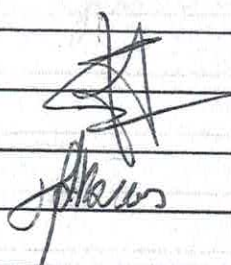
Ata nº 34. Ata de audiência pública para avaliação do cumprimento do 3º quadrimestre de 2016. Às 10:00 horas, do dia vinte e quatro de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, nas dependências da Câmara Municipal de Piraí, realizou-se a Audiência Pública, para avaliação do 3º quadrimestre de dois mil e dezesseis, convocada pela Sr<sup>a</sup> Laxmim Maria Balho Barbosa Gomes, Secretária Municipal de Fazenda, do Município de Piraí, em cumprimento ao Artigo 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal e, em conformidade com a Lei Municipal nº 698, de 10 de setembro de 2003, alterada pela Lei nº 851 de 12 de março de 2007. O mestre de cerimônias Sr. Getúlio de Oliveira, inicia os trabalhos, fazendo a leitura do edital; Em seguida, passa a palavra a Sr<sup>a</sup> Secretária de Fazenda, Laxmim Maria Balho Barbosa Gomes, que agradece a presença do Ccm<sup>o</sup> Sr. Presidente da Câmara, Mario Germinio da Silva Carvalho, secretários presentes: Sandra Simeis Parla de Parli, Demilda Braga, Osni, vereadores Públicos e demais municipais. Iniciando a apresentação a Sr<sup>a</sup> Secretária Laxmim Maria fala dos dispositivos legais, do compromisso com a transparência e da importância para a população da audiência pública. Apresenta slides com metas que envolvem receitas coerentes cuja previsão foi de R\$ 6.422.052,00 (sessenta e três milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, cinqüenta e dois reais), e que arrecadaram R\$ 61.856.438,79 (sessenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e nove centavos), representando 97,53% (noventa e sete vírgula cinquenta e três por cento), com um

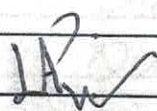
diferença menor na arrecadação de R\$ 1.565.613,21 (hum milhão, quinhentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e treze reais e vinte e um centavos). Na receita de capital, que basicamente são recursos de convênios, a previsão era de R\$ 618.000,00 (seiscentos e dezito mil reais), arrecadação de R\$ 745.460,92 (setecentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta reais e noventa e dois centavos) representando 120,61% (cento e vinte vírgula sessenta e um por cento) arrecadação acima do previsto a importância de R\$ 127.370,92 (cento e vinte e sete mil, trezentos e setenta reais e noventa e dois centavos). Na receita intra-orçamentária, que é a arrecadação pelo regime próprio de Previdência, tivemos uma previsão de R\$ 3.176.983,00 (três milhões, cento e setenta e seis mil, novecentos e oitenta e três reais) e arrecadação de R\$ 3.068.107,38 (três milhões, sessenta e oito mil, cento e setenta e sete reais e trinta e oito centavos), uma diferença a menor de R\$ 108.875,62 (cento e oito mil, oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos); no recurso do Fundeb, a previsão da dedução da receita era de R\$ 5.822.500,00 (cinco milhões, oitocentos e vinte e dois mil, quinhentos e seis reais) e foi deduzido R\$ 5.660.734,60 (cinco milhões, seiscentos e sessenta mil, setecentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos), ou seja, uma dedução a menor na importância de R\$ 161.771,40 (cento e sessenta e um mil, setecentos e setenta e um reais e quarenta centavos), em virtude da queda de arrecadação. No que diz respeito foi prevista uma arrecadação total de R\$ 61.394.619,00 (sessenta e um milhões, trezentos e noventa e quatro mil, seiscentos e dezenove reais) e arrecadação de R\$ 60.009.272,49 (sessenta milhões, nove mil, duzentos e setenta e dois reais e quarenta e nove centavos), com um déficit de R\$ 1.385.346,51 (hum milhão, trezentos e oitenta e cinco mil,

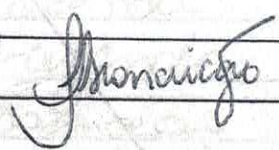
trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta e um centavos). Com relação ao gasto no quadriestrate, fixa mos a despesa em R\$ 55.283.625,00 (cinquenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e três mil, seiscentos e vinte e cinco reais) e executamos R\$ 49.223.808,92 (quarenta e nove milhões, duzentos e oitenta e três mil, oitocentos e oito reais e noventa e dois centavos). Na nossa despesa de capital, tivemos uma previsão de R\$ 2.448.857,00 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e sete reais) e gastamos R\$ 1.626.334,28 (um milhão, seiscentos e vinte e seis mil, trezentos e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos). A secretária de Fazenda explica que neste quadriestrate, a execução da despesa foi de R\$ 50.850.143,20 (cinquenta milhões, oitocentos e cinquenta mil, cento e quarenta e três reais e vinte centavos) e uma arrecadação de R\$ 60.009.272,49 (sessenta milhões, nove mil, duzentos e setenta e dois reais e quarenta e nove centavos). Dando prossequi mento, a Sr<sup>a</sup> Carmem Maria explica o fechamento do exercí cio de dois mil e dezesseis, no qual foi estimado R\$ 172.320.000,00 (cento e setenta e dois milhões, trezentos e vinte mil reais) e arrecadado R\$ 180.672.513,29 (cento e oitenta milhões, seiscentos e setenta e dois mil, quinhentos e treze reais e vinte e nove centavos), com uma diferença a mais de R\$ 8.352.513,29 (oito milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e treze reais e vinte e nove centavos); A secretária Carmem Maria acrescenta que este valor a mais refere-se a receita patrimonial do Fundo Previdenciário Social do Município de Piracai, originária das aplicações financeiras das receitas intra-orçamentária que formam o patrimônio do servidor público que custeia os pensionistas e aposentados atuais e os futuros. Há variação de dívida fiscal líquida, entre os dois períodos que é o result do nominal, tivemos o valor de R\$ 379.685,36 (trezentos e setenta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e trinta

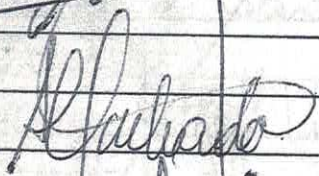
seis centavos); que representa uma redução na margem de endividamento. A Sr<sup>a</sup> Secretária explica que apesar da queda da receita conseguimos manter o equilíbrio das contas, promovendo serviços de qualidade para a população. A Secretária então, apresenta através de slides o resumo da arrecadação da receita: Câmara nos possui receita própria recalcada supasse da Prefeitura, estimado para este exercício na monta de R\$ 6.941.643,00; Prefeitura com previsão de R\$ 130.882.647,00 e arrecadou R\$ 126.608.035,49, ficando responsável pela distribuição aos demais órgãos, FPSMP arrecadou R\$ 39.433.349,01, FMS R\$ 14.152.067,05; FMA5 R\$ 387.392,72; FMCA R\$ 40.000,00; FM1 R\$ 7.572,61, ficando a execução das despesas da seguinte forma: Câmara R\$ 6.616.863,65, Prefeitura R\$ 84.766.737,49; FPSMP R\$ 13.645.507,24; FMS R\$ 45.205.068,87; FMA5 R\$ 1.896.013,73; FMCA R\$ 120.385,30; FM1 R\$ 157.191,60, totalizando R\$ 152.407.767,88. Não havendo nenhum orçadeo inscrito ou solicitação de explicação, deu-se por encerrada a Audiência Pública. Eu, Geovane Scardimo Machado, Agente administrativo desta Prefeitura, lavrei a presente ata e assino. Piracá, 24 de fevereiro de 2017.

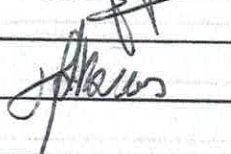




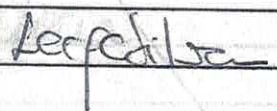


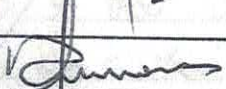


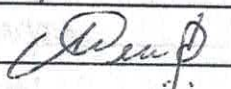


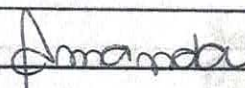


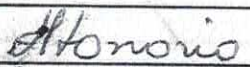


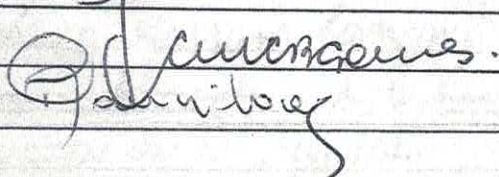


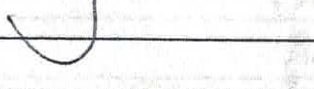


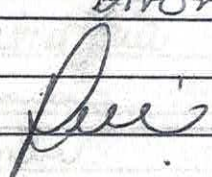


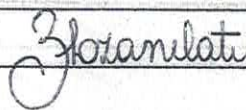












- 1- Adriana ~~de~~ Freitas
- 2- ~~Adriana~~ - Sec. Mem. Assistência Social
- 3- Graziela Cristina de C. S. Batista - Educação
- 4- ~~Adriana~~ - Educação
- 5- ~~Adriana~~ - Educação
- 6- ~~Adriana~~ - S.M.T.
- 7- ~~Adriana~~ - O.M.A.R.A.
- 8- ~~Adriana~~ - Secti
- 9- Marco Aurélio R. Aguiar - Secti
- 10- Geovane Eduardo Scaudino - Controle Interno
- 11- Sarah de O. Abeantia - Controle Interno
- 12- ~~Adriana~~ - Sec. Fazenda (Tesouraria)
- 13- ~~Adriana~~ - Controle Interno
- 14- Adriano de O. Domingos - Controle Interno
- 15- ~~Adriana~~ - Controle Interno
- 16- ~~Adriana~~ - S.M.F.
- 17- Rosal de Souza Costa - S.M.S.
- 18- Márcia Miranda - S. Fazenda
- 19- CARLA de cast. ~~Adriana~~ - S. AGRICULTURS.
- 20- LEONARDO ROSA VIGOR - Secti
- 21- Fábio de Souza Coelho ~~Adriana~~ - Sec. GOVERNO
- 22- Stefani Cristiano de Oliveira Lunda - Sec. Jurídico
- 23- Rosane Teixeira Passos - Sec. Fazenda
- 24- Helena de Andrade Gouveia - Sec. Fazenda
- 25- ~~Adriana~~ - Sec. Fazenda
- 26- ~~Adriana~~ - Sec. Fazenda
- 27- ~~Adriana~~ - Procuradoria
- 28- ~~Adriana~~ - Procuradoria
- 29- Ricardo V. dos S. Magno - C. Interno
- 30- Nilda das C. Carvalho - Fazenda
- 31- Bruno Hossum Langoni - Procuradoria
- 32- Dina Almeida de Barros - Fazenda
- 33- Larissa de O. Zanilati - Fazenda

34. Joice S. C. Nunes	Fazenda
35. Gláucia da S. F. Fontes	S. M. Fazenda
36. Rommylau Chouza	S. M. S. Público
37. Roney	S. M. Segunda
38. Mateus Peres	S. M. S. Público
39. Angéla D. Pinheiro Aguiar	SECTI
40. Reiziane Martins	Secti
41. Pamela de Oliveira Rangel Ribeiro	Secti
42. <del>Duanda de</del>	Secti
43. Sebastião Luis de S. Green	Secti
44. Leonardo Barbosa Jara	Secti
45. Thais M. Barros	Secti
46. Valace Ideal Martins	Secti
47. Fernando Lopes	Sec de desenv
48. Ivana F. F. dos S. Vidal	Sec. de Desenv. Econ
49. Ramus Soares Amorim	SECTI
50. Rodelfo Schmidt	SECTI
51. Renan Felipe	SECTI
52. Frederiki Victor	Sec indecom

Ata nº 35: Ata de Audiência Pública para Avaliação do Cumprimento do 1º Quadrimestre de 2017 e Elaboração da Proposta da LDO para 2018. Às 10:00 horas, do dia 30 de maio do ano de 2017, nas dependências da Câmara Municipal de Pirai, realizou-se a Audiência Pública, para avaliação do cumprimento das metas fiscais do 1º Quadrimestre de 2017 e elaboração da proposta da LDO para 2018, convocada pela Sra. Carmem Maria Coelho Barbosa Gomes, Secretária Municipal de Fazenda, de Pirai, em cumprimento ao Artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e, em conformidade com a Lei Municipal nº 698 de 10 de setembro de 2003, alterada pela Lei nº 851 de 12 de março de 2007. Dando início aos trabalhos, a Sra. Jucza Xavier Jorzeigo, Assessora de Empresa da Secretaria Municipal de Governo, faz a leitura do Edital de Convocação elaborado pela Secretária de Fazenda, Sra. Carmem Maria

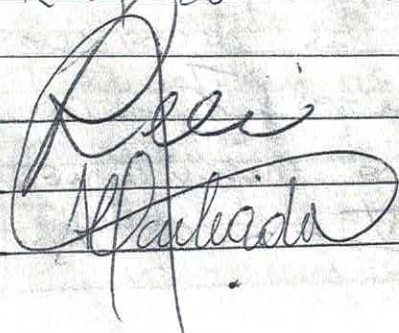
Roselio Roberto Gomes, em seguida passa a palavra para a Secretária de Fazenda que apresenta a presença dos vereadores, funcionários públicos e demais munícipes. Dando prosseguimento, lembra a todos que esta audiência irá tratar da Avaliação do cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2017, tem como da elaboração e discussão da proposta da LDO para 2018. Iniciada a apresentação, a Secretária explica que nesta data serão apresentadas duas audiências. Dando prosseguimento, a Sra. Patrícia Maria inicia a explanação em relação às metas fiscais do 1º quadrimestre de 2017. Como receita corrente, a previsão era de R\$ 61.061.574,50 e arrecadamos R\$ 66.222.207,88; arrecadamos a maior, a importância de R\$ 1.160.633,38, explica que a Receita de Capital a frente tem uma execução menor, pois deixamos de arrecadar R\$ 1.492.000,00, por ser uma receita oriunda de transferência da União Relativa a verbos de comissões. A Receita Extra Orçamentária é arrecadada pelo Regime próprio de Previdência, foi previsto R\$ 2.567.000,00 e arrecadamos R\$ 2.933.474,12; foi demonstrado também a previsão da receita de dedução para o FUNDEB no valor de R\$ 6132.176,30, sendo realizado em virtude da queda da receita provenientes de imposto a importância de R\$ 5.681.585,14, registrando um valor de dedução a menor de R\$ 450.591,06; resumindo no total, tínhamos previsto R\$ 63.066.398,30 e arrecadamos R\$ 63.545.200,31, sendo apresentado um resultado positivo de R\$ 478.802,01 acima do previsto. Em despesas correntes, tivemos uma previsão de R\$ 42.344.169,00 e gastamos R\$ 47.000.769,19. Na sequência foi apresentado um quadro com os desdobramentos das receitas para melhor evidenciar a arrecadação; posteriormente foi apresentado um quadro demonstrativo com a previsão das despesas por categoria econômica onde pode-se verificar que foi previsto para despesas correntes a importância de R\$ 42.344.169,00, sendo a execução no montante de R\$ 47.000.769,19, registrando-se um gasto a maior na importância de R\$ 4.656.600,19; para despesa de capital foi previsto o

R\$ 2.351.059,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta e um mil, cinquenta e nove reais), sendo executada a importância de R\$ 317.460,63 (trezentos e dezessete mil, quatorcentos e sessenta reais e sessenta e três centavos, despesas não executadas em virtude de ausência de repasse de receita de capital foi de R\$ 2.033.598,37. (dois milhões, trinta e três mil, quinhentos e noventa e oito reais e trinta e sete centavos) em seguida foi apresentado um quadro detalhado das despesas executadas comparado com as receitas realizadas o que resultou um superávit de R\$ 12.991.529,98, que foi esclarecido pela Secretaria que esta verba refere-se a rendimentos financeiros do Fundo de Previdência Social do Município de Dicaí irá custear as aposentadorias, pensões e auxílios doenças. A Secretaria explica demonstrando em quadro próprio o resultado primário que foi de R\$ 4.785.712,18. Para melhor elucidar, foi apresentado uma tabela por órgão demonstrando o valor correspondente as receitas realizadas e despesas liquidadas ficou visível que dos valores arrecadados dos impostos a maior parte das receitas são direcionadas para custear as Secretarias de Saúde, Educação, Fundo de Assistência Social, Fundo do Idoso, Fundo da Criança e do Adolescente e para o repasse da Câmara Municipal no montante de R\$ 2.482.000,00 no quadriestrio e quando R\$ 44.951.288,24 que a Prefeitura arrecada somente R\$ 28.618.046,08 refere-se a despesas liquidadas, que a diferença é utilizada para reforçar o orçamento das demais secretarias após demonstrando que as receitas realizadas no período foi da monta de R\$ 63.545.200,31 (sessenta e três mil, quinhentos e quarenta e cinco mil, duzentos reais trinta e um centavos e que o total das despesas

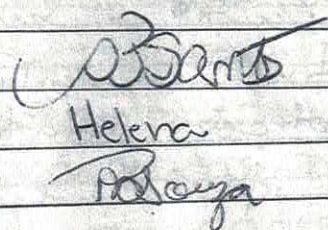


executadas foi de R\$ 5.115.999,79. Dando sequência passa a falar sobre a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é elaborada pelo Poder Executivo, encaminhada ao Poder Legislativo, para em seguida ser aprovada. Falou do âmbito legal no cumprimento da legislação e explicou que a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias é baseada no PPA - Plano Plurianual, pois para elaborarmos as diretrizes, nos reportamos ao PPA - Plano Plurianual para extrairmos as prioridades e metas para o exercício seguinte, ou seja, o que vamos executar para o ano de 2018. A Sr<sup>a</sup>. Carmem Maria Celso Barbosa Gomes, enfatiza que como PPA - Plano Plurianual ainda não foi elaborado, as metas para a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, serão contempladas após sua conclusão o que ocorrerá em outubro de 2017, informa que os programas contemplados da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, como prioridades receberão valores a partir da Lei Orçamentária; a Secretária demonstra nos slides o projeto de lei que será apresentado ao legislativo até 30 de junho com a seguinte estrutura: I - as prioridades e as metas da administração pública municipal para 2018, serão extraídas do PPA - Plano Plurianual para o exercício de 2018 a 2021; II - a estrutura e organização do orçamento; III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações; IV - as disposições relativas a dívida pública municipal; V - as disposições relativas as despesas do município com pessoal e encargos sociais; VI - as dis.

posições sobre alterações na legislação tributária do município; VII - metas fiscais; VIII - as disposições finais. Em seguida, a apresentou um quadro contemplando as metas fiscais para o período de 2018 à 2020 que serão transformados em programas e ações. Diante o que estas prioridades se transformem em realidade, ficou definido como dispõe a LRF Lei de Responsabilidade Fiscal, uma meta de receita total e despesa total de R\$ 186.300.000,00 (cento e oitenta e seis milhões e trezentos mil reais) para 2018, temos uma meta de R\$ 193.750.000,00 (cento e noventa e três milhões, setecentos e cinquenta mil reais) para 2019, uma meta de R\$ 201.500.000,00 (duzentos e um milhões e quinhentos mil reais) para o exercício de 2020. A Secretária de Fazenda, Sr<sup>a</sup> Carmem Maria Coelho Barbosa Gomes, esclarece que estes valores serão apropriados nas ações vinculadas aos respectivos programas, conforme as prioridades. A Secretária encerra sua explanação dizendo que de uma forma geral os números apresentados são positivos e agradece a presença de todos em mais uma reunião de trabalho. Não havendo nenhum orador inscrito ou solicitação de explicações, deu-se por encerrada a Audiência Pública. Em, Thabane de Oliveira Domingos, assessor técnico, desta Prefeitura, lavra a presente ata e assino. Di-  
-Rai, 20 de maio de 2017.

  
Município

15600000  
Assessor  
Homônio

  
Helena  
Barbosa

- 1. Gumbé Braga Rodrigues Brit de Silva CCI 39353105900
- 2. Paulo Rogério de Jesus PMD - SEC. FAZENDA 02864160700
- 3. Sandra Gomes Simões Sec. Educação 27438821-4
- 4. Darcen Cristina C. S. Batista - Educação - 090696117-321
- 5. Hudson S. Mello S. Cultura 657957.417-87
- 6. Andreia A. S. Conceição S. Fazenda 10251593-9
- 7. Leigiane R. G. R. da Silva S. Fazenda 12126468-3
- 8. Jânio Paulo Bezilho S. Fazenda 04224507-0
- 9. Cláudia Theodoro C. C. J. 007.483.307/39
- 10. Luiz Antonio Pereira Wernick C C I 212137035
- 11. Gláucia M. S. F. Fontes S.M.F. 12.933733-3
- 12. Beatriz S. Santos S.M.F. 021202697-12
- 13. Helena de A. Gouveia S.M.F. 17846736760
- 14. Anita Rodrigues Paiva S.M. Cultura 07457179-5
- 15. Robson Augusto T. da Silva SM Cultura 08016489710
- 16. Thabiane de O. Domingos C.C.I 012.126.603-5
- 17. Juciane R. R. C.C.I 06058088-3
- 18. Rosane Teófilo Passos S.M.F 92435050763
- 19. Rita de Cássia de Souza S.M.F 02244126782
- 20. Brenner Ambrósio Barbosa S.M.F 02120184771
- 21. Selange Loureiro dos Anjos Procuradora 075094977-39
- 22. Beatriz Mitrop Vidal Procuradora 11021027+38
- 23. Bruno Hoffmann Damasceno Procuradora 121.207967-18
- 24. Jeanmar Pi. S. Cultura 878924677.91
- 25. Carissima de Oliveira Zanilati S.M.F. 118.669997-37.
- 26. Legendra Fontes Lima Sec. Ti 115.608.507-10
- 27. Fernando L. P. Neves D. Emp 029.529.107-22
- 28. Jaqueline Guimarães S.M.E 305120267-34
- 29. Luana Helma Borges Soares Nunes Sec. Cultura 05079316-5. DETRAN
- 30. Stefani Cristina de O Cunha 27-167-591-0
- 31. Flávia de Jákima Barros S.M.F. 696.405.307.78
- 32. Ruy Fernando Gomes de Jesus S.M.E 14235082892
- 33. Nádia Sérgio de Gouveia Loureiro 03.720.758-3
- 34. [Signature] 07253650-4

35	Sora Soares do Silva Maciel		05198810-0
36	Luísa Peixoto - Galimeti (662)		6251674-7
37	Márcia de A. Soares Fresta		02989264721
38	Viviana de O.F. Dutra		097263283
39	Sandra Maria Lourenço		0732898676
40	Isana C.F.M. Honorio		710130677-20
41	EUSTÁO DE ABREU SANTOS	OAB/Pirai	106405 <sup>in</sup>
42	Paulo Geral. Simões	Camara	10590852-3
43	MARCO LUIZ DIAS MARIN	SMMEIO AMBIENTE	05936991-8
44	<del>_____</del>	S. AGRICULTURA	083570697-87
45	<del>_____</del>	GOVERNO COMUNICAÇÃO	21.509.2870
46	Juiz de Paz	Governo Comunicação	21.464.4118
47	Curatelas	Sec. Mun. Fazenda	886.664.927-9
48	Ricardo Vidal dos S. Magno	Control. Interno	151.502.417
49	Welda da Silva Carvalho	Sec. Fazenda	724.433.247-5

Ata nº 36. Ata de Audiência Pública para avaliação do cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre de 2017 e elaboração e discussão da lei orçamentária anual para o exercício de 2018 e discussão da proposta de Plano Plurianual para o período 2018. As dez horas, do dia 29 de setembro do ano de dois mil e dezessete, nas dependências do auditório da Câmara Municipal de Pirai, realizou-se a Audiência Pública para avaliação das Metas fiscais do 2º Quadrimestre de 2017 e elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018, bem como a discussão da proposta do Plano Plurianual para o período de 2018 a 2022 convocada pela Sra. Carmen Maria Coelho de Sousa Gomes, Secretária Municipal de Fazenda, do município de Pirai, em cumprimento ao artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e em conformidade com a Lei Municipal nº 698, de 10 de setembro de 2003, alterada pela Lei nº 851 de 12 de março de 2007. Dando início as atividades, a Sra. Juiztauer Lourenço, Assessora de Imprensa da Secretária Municipal de Governo fez o edital de convocação atendendo os ditames do art. 48 da Lei Complementar nº 501 de 04 de maio de 2000 - LRF, que dispõe sobre transparência pública por meio de audiências públicas. A Sra. Welda Braga Rod

-questão da Siga, Coordenadora de Controle Interno, inicia, agradecendo a presença dos vereadores, funcionários públicos e demais municipais. diz que as audiências públicas tem por objetivos dar ciência a sociedade da evolução dos mínimos fiscais do município, com um acompanhamento periódico da execução orçamentária, permitindo estimar a evolução das receitas e despesas do exercício e antecipar a necessidade de correções de rumo, a tempo de garantir o cumprimento das metas fiscais definidas na LDO. Continua, demonstrando que em terças correntes foi previsto R\$ 58.990.800,00 (Cinquenta e oito milhões, novecentos e noventa mil e oitocentos reais) e realizou R\$ 60.080.358,27 (sessenta milhões, oitenta mil, trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e sete centavos), com uma diferença a mais de R\$ 1.089.558,27 (um milhão, oitenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e vinte e sete centavos), na receita intra-orçamentária que é o montante que o Executivo refassa para o Fundo de Previdência do município - parte patronal, a previsão foi de R\$ 2.626.000,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e seis mil reais) e o realizado foi R\$ 2.558.408,63 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e oito reais e sessenta e três centavos); na dedução da receita do FUNDEB, a previsão foi R\$ 5.357.224,20 (cinco milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, duzentos e vinte e quatro reais e vinte centavos) e realizou R\$ 5.193.553,98 (cinco milhões, cento e noventa e três mil, quinhentos e cinquenta e três reais e noventa e oito centavos); em receitas de capital, foi previsto R\$ 1.540.000,00 (um milhão, quinhentos e quarenta mil reais), por não termos recursos refassados pela União, nem pelo Estado, então ficamos deficitários a título de receitas de capital; sendo que no total em receitas, previmos o montante de R\$ 57.799.578,80. (cinquenta e sete milhões, setecentos e noventa e nove mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta centavos) e executamos R\$ 57.320.716,18 (cinquenta e sete milhões, trezentos e vinte mil, setecentos e dezesseis reais e dezesseis centavos); continua explanando agora sobre as despesas correntes com uma previsão de R\$ 49.558.411,00 (quarenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e onze reais), com uma execução de R\$ 49.356.818,04 (quarenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e dezesseis reais e quatro

quatro centavos), em despesas de capital, medidos o valor de R\$ 2.214.997,00 (dois milhões, duzentos e quatorze mil, novecentos e noventa e sete reais) e executamos o montante de R\$ 860.578,60 (oitocentos e sessenta mil, quinhentos e setenta e oito reais e sessenta e três centavos), com pessoal e encargos, a previsão foi R\$ 24.186.401,00 (vinte e quatro milhões, cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e um reais), sendo que foi executado R\$ 24.435.099,60 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, noventa e nove reais e sessenta centavos), em despesa intra orçamentária, que é o Refasse em relação a folha de pagamento, o previsto foi R\$ 2.527.520,00 (dois milhões, quinhentos e vinte e sete mil, quinhentos e vinte e sete reais) e executamos R\$ 2.667.173,90 (dois milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, cento e setenta e três e noventa centavos). Essa diferença é devida ao aumento do número de servidores por conta do concurso público, no total em despesas, a previsão foi de R\$ 54.300.928,00 (cinquenta e quatro milhões, trezentos mil, novecentos e vinte e oito reais) e executamos R\$ 52.884.570,57 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos) em seguida explica sobre o resultado primário que é a diferença entre as receitas orçamentárias, de duração destas aquelas receitas de natureza financeira (receitas provenientes de aplicações financeiras e operações de crédito) e das despesas orçamentárias, aquelas com amortização e juros da dívida pública interna e externa, aquisição de títulos representativos de capital já integralizados e relativas a concessão de empréstimos; o resultado nominal é a diferença entre a variação da dívida fiscal líquida entre dois períodos e a dívida fiscal líquida e o resultado da diferença apurada entre a dívida pública e o ativo financeiro (disponibilidade de caixa, aplicações financeiras e outros ativos financeiros) atualizado, mais as receitas de privatizações. Passa a palavra a Sra. Parvum Maria Celso

Liza Jones, Secretária Municipal de Fazenda, que explica sobre o orçamento para o ano de 2018, dizendo que o município está se empenhando ao máximo para que as contas permaneçam equilibradas, não gastando mais do que se arrecada, para que os serviços essenciais não sejam prejudicados. Os princípios básicos da Lei de Responsabilidade Fiscal são o planejamento, equilíbrio fiscal, transparência, controle e participação popular, continua dizendo que é através do PPA que o Executivo retira todas as ações que serão executadas em cada exercício, através do orçamento para o ano de 2018, o orçamento geral teve uma previsão de R\$ 194.000.000,00 (cento e noventa e quatro milhões de reais), o ciclo integrador de planejamento e orçamento são o plano plurianual a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. No orçamento fiscal no quesito receita, foi previsto o valor de R\$ 144.789.186,00 (cento e quarenta e quatro milhões, setecenta e oitenta e nove mil, cento e oitenta e seis reais) e em despesa, a previsão foi de R\$ 107.182.868,00 (cento e sete milhões, cento e oitenta e dois mil, oitocentos e sessenta e oito reais), continua explicando que no orçamento da seguridade social, a receita foi estimada em R\$ 49.210.814,00 (quarenta e nove milhões, duzentos e dez mil, oitocentos e quatorze reais) e em despesa, a estimativa foi de R\$ 186.817.132,00, as unidades orçamentárias ficaram assim distribuídas com suas respectivas dotações: Câmara R\$ 7.536.496,00 (sete milhões, quinhentos e trinta e seis mil, quatrocentos e noventa e seis reais), Secretaria de Governo R\$ 2.956.211,00 (dois milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, e duzentos e onze reais), Coordenadoria de Defesa Civil R\$ 172.740,00 (cento e setenta e dois, setecentos e quarenta reais), Procuradoria R\$ 1.230.503,00 (um milhão, duzentos e trinta mil,

quinhentos e dois reais), Administração R\$ 5.418.447,00 (cinco milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e sete reais), Fazenda e Encargos Gerais R\$ 7.494.266,00 (sete milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais), Planejamento R\$ 347.507,00 (trezentos e quarenta e sete mil, quinhentos e sete reais), Obras e Urbanismo R\$ 6.015.254,00 (seis milhões, seiscentos e quinze mil, duzentos e cinquenta e quatro reais), Serviços Públicos R\$ 7.640.816,00 (sete milhões, seiscentos e quarenta mil, oitocentos e dezesseis reais), Educação R\$ 43.310.821,00 (quarenta e três milhões, trezentos e dez mil, oitocentos e vinte reais), Esporte R\$ 4.013.162,00 (quatro milhões, treze mil, cento e sessenta e dois reais), Saúde / FMS R\$ 48.991.921,00 (quarenta e oito milhões, novecentos e noventa e um mil, novecentos e vinte e um reais), Agricultura R\$ 1.193.547,00 (um milhão, cento e noventa e dois mil, quinhentos e quarenta e sete reais), Promoção Social / FMS R\$ 4.032.821,00 (quatro milhões, trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta e dois reais), FMCA R\$ 226.000,00 (duzentos e vinte e seis mil reais), FM Idosa R\$ 73.027,00 (setenta e três mil, vinte e sete reais), FM HIS R\$ 17.378,00 (dezesseis mil, trezentos e setenta e oito reais), FPSMP R\$ 33.493.332,00 (trinta e três milhões, quatrocentos e noventa e três mil, trezentos e trinta e dois reais), Cultura e Turismo R\$ 4.318.888,00 (quatro milhões, trezentos e dezesseis mil, oitocentos e oitenta e oito reais), Transporte e Trânsito R\$ 3.839.925,00 (três milhões, oitocentos e trinta e nove mil, novecentos e vinte e cinco reais), Desenvolvimento Econômico R\$ 602.12



00 (seiscentos e dois mil, cento e vinte e dois reais), Meio Ambiente R\$ 6.906.686,00 (seis milhões, novecentos e seis mil, oitocentos e oitenta e seis reais), Coordenação de Controle Interno R\$ 732.079,00 (setecentos e trinta e dois mil, setenta e nove reais), Ciência e Tecnologia R\$ 2.737.021,00 (dois milhões, setecentos e trinta e sete mil, vinte e um reais), Reserva de Contingência R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a Secretária continua explicando que o Plano Plurianual é um instrumento previsto no artigo 165 da Constituição Federal, destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir o fundamento e os objetivos. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de 4 anos e os caminhos traçados para viabilizar as metas previstas. O Plano Plurianual - P.P.A. define as políticas públicas do Governo Municipal para construir um município melhor, com base nos compromissos firmados na eleição e demonstra nos slides os eixos e os programas que norteiam o Plano Plurianual - P.P.A., como:

“Manutenção do Programa de Criação e Promoção de Ações de Bem Estar Animal, Desenvolvimento e Sustentabilidade, Pirai Cidadão, Cidade Educadora, Mobilidade Urbana e Rural, Produzindo Desenvolvimento Rural, Criando Oportunidades, Cida de Bemita, Visite Pirai, Cidadania para todos, Pirai em Movimento, Cidade Saudável, Preserve Pirai, Cidadania para Todos, Cidade Saudável, Governo Eletrônico, Qualificação dos Produtores Rurais, Ex Aansad e Modernização da Toda Pirai Digital, Desenvolvimento Industrial, Fomenta os setores da

Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, Fomento ao Turismo Rural, Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Educação Ambiental de Jogadores Públicos, Centro de Acolhimento de Animais Silvestres, entre outros" conclui dizendo que o interesse público primário é a razão de ser do Estado e sintetiza-se nos fins que cabe a ele promover: justiça, segurança e bem estar social, sendo interesse de caráter maximizar a arrecadação e minimizar as despesas. Nada mais havendo a declarar, encerra a audiência pública. Eu, Vera Lucia Correia Almeida Assessor Técnico desta Prefeitura, lavro a presente Ata e assino. Pirai, 29 de setembro de 2017.

Honório  
Sant  
Pere  
nscavalho  
Barbosa  
Ferreira  
Mendes  
Passo  
Rosa  
Pereira  
Ferreira

- 01 - Karen C. C. Silva Batista 12126738-95 *Graciliana*
- 02 - Mariana Fortuella C. Frante 749652717-34 *Graciliana*
- 03 - Zilvane Conceição da Rocha 072372807-71 *Graciliana*
- 04 - Anderson de Costa 006276147-10 *Graciliana*
- 05 - Ademir F. F. *Graciliana*
- 06 - Gabrielle Dias Rodrigues Torres 171.773.127-90 *Graciliana*
- 07 - Sandra Gomes Simões 27.438.821-4 *Graciliana*
- 08 - Julier Guimarães 305120269-34 *Graciliana*
- 09 - Joana de Oliveira Zamlati 118.669.997-34 *Zamlati*
- 10 - Benilde Braga R. P. Silva 3235316 SSPCO *Zamlati*
- 11 - José Zimó de L. *Zamlati*
- 12 - Tomikawa Charunga Z. de Silva 116811627-92 *Zamlati*
- 13 - Heliane de Oliveira Amunigo 012.106603-5 *Zamlati*
- 14 - José Henrique L. Amunigo 710429477-00 *Zamlati*
- 15 - Fátima Alves Baptista 497154537-91 *Zamlati*
- 16 - Andréia A. S. Conceição 10251593-9 *Zamlati*
- 17 - Luciane Christine C. de Silva 12126468-3 *Zamlati*
- 18 - Francisca Torres de Souza 002.103397-80 CPF *Zamlati*
- 19 - Gláucia de S. F. Fontes 12933733-3 *Zamlati*
- 20 - Helena de Andrade Gouveia 178467367-60 *Zamlati*
- 21 - Rafael de Melo Copalve 122.788.987-95 *Zamlati*
- 22 - Edna Conceição do Nascimento Leite 733650188-04 - S.M.A.S. *Zamlati*
- 23 - Nadia S. de G. Paiva 603.700.507.97 - S.M.A.S. *Zamlati*
- 24 - Ana Paula de A. Pinheiro 094.923.977-14 - S.M.A.S./C.A.S. *Zamlati*
- 25 - EDMUNO A. SANTOS 253707317-7 *Zamlati*
- 26 - ~~XXXXXXXXXXXX~~ 789.108.977-91 *Zamlati*
- 27 - MARCELO DESTA DE MORAES 046.292.707-52 S.S.P. *Zamlati*
- 28 - Alexandre Teixeira de A. 071225337-86 S.S. *Zamlati*
- 29 - Edmo do Silva Leite 00510727-86 Sec. Admin. *Zamlati*
- 30 - Amanda Palmeira Amaral - 188614097-92 - *Zamlati*
- 31 - Geovane Henrique de S. *Zamlati*
- 32 - Adriano dos Santos Suelen *Zamlati*
- 33 - Luiz Henrique de Oliveira 162350848-92 *Zamlati*

34. Régis PFERRE DA SILVA 11056451-5 COORB. CONTR. INTERMUNIC.
35. Honorio 710130677-20 Sac. R. Fazenda
36. ~~Isidoro~~ 724.433.247-53 Sec. Fazenda
37. CARLO DE CARLI 018370697-86 SEC. AGRICULTURA
38. Ricardo V. dos S. Magno 152.502.917-51 CCI
39. Jovita dos S. P. Neves 749.099-837-91 Secr. Fazenda